



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024

CONTRATANTE (UASG)

980155 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO-AC

OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico SRP O Registro de Preços para a Futura/Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Material de Consumo (Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis) de modo parcelado quinzenalmente, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, destinado a atender ao cardápio da Merenda Escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino Infantil, Fundamental e Programa Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Zona Urbana e Rural do Município de Manoel Urbano Estado do Acre, tudo de conformidade com as regras e exigências contidas no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$: 684.728,57 (Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

18/07/2024 às 11:00 Horas (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por ITEM

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

(X) Sim

() Não

BASE LEGAL: [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e do [Decreto nº 020/2023](#) e [Lei nº 11.947/2009](#) – PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

Sumário

| | | |
|----|--|----|
| 1. | DO OBJETO..... | 3 |
| 2 | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..... | 3 |
| 3 | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 4 | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 6 |
| 5 | DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..... | 7 |
| 6 | DA FASE DE JULGAMENTO..... | 9 |
| 7 | DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 10 |
| 8 | DOS RECURSOS..... | 11 |
| 9 | DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 12 |
| 10 | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..... | 13 |
| 11 | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..... | 14 |
| 12 | DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO..... | 14 |
| 13 | DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO..... | 15 |
| 14 | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 15 |
| 15 | DO FORO..... | 16 |



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
Processo Administrativo n.º 029/2024

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE/PREFEITURA MUNICIPAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob 04.051.207/0001-46, através da **Secretaria Municipal de Educação**, localizada na Avenida Valério Caldas de Magalhães, Bairro Centro, CEP: 69.950-000 – Manoel Urbano Estado do Acre, através da Comissão de Contratação do Município de Manoel Urbano Estado do Acre, designada pelo Decreto Municipal n.º. 005/2024, datado de 05/01/2024, publicado no Diário do Estado do Acre – DOE nº 13.689, páginas nº 126 e 127 de 10/01/2024, composta dos seguintes Agentes de Contratação: **Albertes Paiva da Silva, Jose Carvalho Veloso e Rita da Silva Gonçalves**, torna público, para o conhecimento dos interessados que no dia **18 DE JULHO DE 2024 ÀS 11H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICO**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e do [Decreto nº 020/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico SRP O Registro de Preços para a Futura/Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Material de Consumo (Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis) de modo parcelado quinzenalmente, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, destinado a atender ao cardápio da Merenda Escolar das Escolas da Rede Municipal de Ensino Infantil, Fundamental e Programa Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Zona Urbana e Rural do Município de Manoel Urbano Estado do Acre, tudo de conformidade com as regras e exigências contidas no Edital e seus anexos.
- 1.2. Havendo divergências entre a descrição do objeto (Itens e Unidade de Medida) constante no Termo de Referência e a descrição do objeto (Itens e Unidade de Medida) constante no SITE COMPRASNET, prevalecerá, sempre, a descrição do Edital e Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. A participação no presente Pregão Eletrônico SRP se dará mediante realização sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet No endereço www.comprasnet.gov.br;
- 2.2. Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto à Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento; que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
- 1) **No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores à consolidação;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- 2) **Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;**
- 3) **O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.**
- b) Demais documentos exigíveis pelo Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet;
- 2.3. O acesso do operador ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
- 2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 2.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 2.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão publicado Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 2.7. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- 2.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.10. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.11. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.12. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.13. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.14. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.15. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de 3 dezembro de 1976, concorrendo entre si;



- 2.16. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.17. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.18. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.19. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 2.20. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;
- 3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá apresentar junto à plataforma do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, às seguintes declarações;**
 - 3.3.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
 - 3.3.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.3.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.3.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 3.3.6. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 3.3.7. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.4. O atendimento ao subitem 3.3 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, junto à plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preço inicial, conforme modelo constante do anexo III deste edital;
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 3.7. A falsidade das declarações de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema 5 eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1 Valor unitário;
 - 4.1.2 Marca;
- 4.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema comprasnet, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando foro caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta.
- 5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.9.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

5.9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.13. O Critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item referente as tabelas referidas no TERMO DE REFERÊNCIA, conforme definido neste Edital e seus anexos;

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.15.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.15.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.15.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.15.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.15.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;

5.15.6.2. empresas brasileiras;



**5.15.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
5.15.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.**

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.16.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.16.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta;

5.18. O licitante não poderá oferecer proposta inferior ao quantitativo máximo previsto no Edital, conforme art. 82, inciso IV da Lei 14.133/2021.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item; 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastros de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado de onde tiver sede o particular, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme ANEXO I do edital.

7.2. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do (a) Pregoeiro (a) solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.6. Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo 120 (cento e vinte) dias, após a sua data de emissão.

7.7. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

7.8. As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014).

7.9. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das empresas participantes, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e a critério da Administração, prorrogáveis por igual período; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei Federal nº 14.133/21.

7.12. Os documentos exigidos para habilitação que deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: manoelurbano.ac.gov.br/licitacoes.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como nos Decretos nº 1610/23 e 1611/23 do município de Manoel Urbano.
- 9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.
- 9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
 - b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b) dar causa à inexecução total do contrato/ata;
 - c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:
- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
 - b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:



- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;
- b) fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

9.2.3.2. A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Manoel Urbano, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. Poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.10. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet No endereço www.comprasnet.gov.br, ou no e-mail:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

11.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

11.3. Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.

11.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4. Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo item.

11.5. A partir da assinatura da ata de registro de preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.7. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência iniciada na data da sua publicação, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.8. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade como descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA.

11.9. A Ata de Registro de Preços será tramitada pelo Setor de Contratos e com o Gestor do Contrato, devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor ou pelo telefone (68) 36111236, ou por e-mail: cpl@manoelurbano.ac.gov.br.

12. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO

12.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro, para mais ou para menos.

12.1.1. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração adotará as seguintes providências:

12.1.1.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;



12.1.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

12.1.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

12.1.2.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusivas": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do Contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico manoelurbano.ac.gov.br/licitações, e no Portal de Compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br;
- 14.11. Os Trabalhos serão conduzidos por Servidor do Município de Manoel Urbano Acre, denominado Agente de Contratação (conforme Decreto Municipal 005/2024), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos do Portal de Compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.
- 14.12. Mais informações referentes este Pregão Eletrônico poderá ser solicitado por e-mail: cpl@manoelurbano.ac.gov.br ou pelo telefone (68) 36111236. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 14.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação.
 - 14.13.2. ANEXO II - Termo de Referência.
 - 14.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
 - 14.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor)
 - 14.13.5. ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços
 - 14.13.6. ANEXO VI - Minuta de Contrato.
 - 14.13.7. ANEXO VII – Atestado de Capacidade Técnica.

15. DO FORO

- 15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Manoel Urbano, Estado do Acre, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Manoel Urbano Acre, 24 de abril de 2024.

Maria Antônia Ferreira Lima
Secretaria Municipal de Educação
Port. 003/2021



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3 Quanto à Qualificação Econômica – Financeira:

- 3.1 Balanço patrimonial com declaração de resultados da empresa, abertura e fechamento em conformidade com a legislação.



3.2 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor ou Órgão equivalente, na sede da Pessoa Jurídica.

4 Qualificação Técnica

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica. (Modelo Anexo VI);

5 Declarações (Apresentar junto a plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preços inicial);

5.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;

5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

5.3 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.4 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5 Que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.7 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras. Obs. Referente as declarações acima, poderá apresentar Declaração Unificada, conforme modelo constante do anexo III deste edital. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser anexados no sistema eletrônico (COMPRASNET) no momento da digitação da proposta inicial ou deverão ser enviados após a disputa por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

Manoel Urbano Acre, 24 de abril de 2024.

Maria Antônia Ferreira Lima
Secretaria Municipal de Educação
Port. 003/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024 EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

ORGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Educação

RESPONSÁVEL: Maria Antônia Ferreira Lima

DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Para a aquisição deste objeto está sendo empregada a modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Municipal 020/2023, Lei Complementar nº. 123 / 2006 e suas alterações e a Lei nº13.303/2016.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por ITEM

DA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A adoção do uso do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 82º do da Lei Federal nº. 14.133/21, possibilita a Administração registrar o preço do item, para que, de acordo com suas necessidades, solicite ao fornecedor cadastrado e vencedor do produto específico, a entrega somente na quantidade efetivamente necessária, evitando assim, desperdícios e prejuízos ao erário público por compras em quantidades excessivas e desnecessárias, uma vez que, pela natureza do objeto, haverá a necessidade de contratações diárias, conforme a disponibilidade orçamentária da instituição e necessidade de atendimento da demanda existente, não sendo possível definir previamente e com exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração. Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidades do Município de Manoel Urbano, que não tenham participado do certame licitatório, ora denominados.

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico SRP a contratação de empresa para Futuro/Eventual Fornecimento de Material de Consumo (Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis) de modo parcelado quinzenalmente conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, destinado a atender ao cardápio da Merenda Escolar das escolas da rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental e Programa Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Zona Urbana e Rural do município de Manoel Urbano – Acre.

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante neste Termo de Referência e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, prevalecerá, sempre, a descrição deste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA

A presente licitação se faz necessário tendo em vista que a Secretaria Municipal de Educação de Manoel Urbano atende em sua rede uma média de 2.400 (dois mil, quatrocentos) alunos, em um universo de quatro modalidades de ensino: Ensino Infantil, Ensino Fundamental – I, Fundamental II e Atendimento Educacional Especializado AEE. De essa forma os itens a seguir, serão de suma importância para o bom andamento e desenvolvimento da educação nas escolas vinculadas a esta secretaria, justifica-se a necessidade da aquisição dos referidos insumos para que as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

atividades sejam desempenhadas da melhor forma possível e assim alcançarmos êxito em nossa missão de oferecer educação de qualidade a nossa comunidade escolar.

A referida aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município de Manoel Urbano, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

Quanto a justificativa para o fornecimento por **MENOR PREÇO POR ITEM**, dá-se a atualização da média do respectivo valor, praticado no mercado varejista de Manoel Urbano-AC.

Estando, portanto, atualizados destas informações, que a princípio, são de fundamental importância para a média de preços. Desta forma, vimos como solução, a adesão da aquisição por menor preço por item, como solução para esta problemática. Assim, não vislumbramos nenhum prejuízo à administração pública, tampouco ao fornecedor que por ventura venha ser vencedor do certame, sendo adjudicado, homologado e contratado pela Prefeitura Municipal de Manoel Urbano/AC.

Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA;

Os itens, objeto deste instrumento, enquadram-se na categoria de aquisição pela Lei nº 11.947/2009 – PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar independentemente de sua origem, durante o período letivo, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A aquisição, sob demanda, objetiva, por fim, respeitar a isonomia entre as partes licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, que garante a boa qualidade dos produtos ofertados a custos mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos governamentais.

O Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de materiais, para contratações futuras, regulamentado pelo o Art. nº 82 da Lei Federal 14.133 de Abril de 2021. Portanto trata-se de previsões, não obrigando a Contratante ao consumo de todos os itens e nos quantitativos expostos, sendo enumerados e estimados, meramente para elaboração das propostas, ficando sob a responsabilidade da Secretaria de Educação o gerenciamento da futura Ata de Registro de Preço.

DETALHAMENTO DO OBJETO E DO QUANTITATIVO ESTIMADO

O quantitativo do projeto constante no Termo de Referência estimou-se com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na elaboração da demanda necessária em virtude da necessidade das quantidades requeridas e no consumo do ano anterior, obedecendo a uma margem de segurança, para evitar a falta dos produtos considerados essenciais para esta municipalidade.

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS OBJETOS | UNID. | QUANT. | P. UNIT. | P. TOTAL |
|-------------------------------------|-----------------------|-------|--------|----------|----------|
| GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|---|---|------|-------|--|--|
| 1 | CACAU EM PÓ (ACHOCOLATADO) (100% cacau) Embalagem de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 1 (um) ano. Informação nutricional e ingredientes. | Pct. | 600 | | |
| 2 | AÇÚCA REFINADO, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar. Composição básica centesimal: concentração de sacarose mínima de 99,5 %; concentração de glucose e frutose máxima de 0,4 %; concentração de sais minerais máxima de 0,2 %; umidade máxima de 0,3 %. EMBALAGEM DE 5 KG. | Kg. | 1.500 | | |
| 3 | ARROZ BRANCO TIPO 1, longo fino. Pacotes de 1kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses. | Kg. | 1000 | | |
| 4 | BISCOITO DOCE tipo maisena - deverá ser fabricado a partir de matérias primas e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal assados, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem em polipropileno atóxico, resistente, lacrado contendo no mínimo 740 gramas com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo mínimo de validade mínimo de 06 meses, a contar a partir da data de entrega. | Kg. | 1000 | | |
| 5 | BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE, com consistência crocante, sabor e aroma característico, isento de gordura trans, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, sal, fermentos químicos, corante caramelo, emulsificante e aromatizante, contém glúten, derivados de trigo e soja, pode conter leite. Valor nutricional na porção de 30g: carboidratos 22g, proteínas 1,7g, gorduras totais 3,5g. Serão rejeitados biscoitos excessivamente quebradiços, com presença de umidade e parasitas. Acondicionado em embalagem plástica, vedada e impermeável, original do fabricante, com peso líquido de 650 gramas. Na embalagem deve constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, validade e lote. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 1000 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

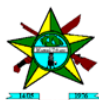
CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|---|---|-----|------|--|--|
| 6 | BISCOITO ROSCA DE COCO, com consistência crocante, sabor e aroma característico, isento de gordura trans, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar refinado, gordura vegetal, açúcar invertido, sal, fermentos químicos, emulsificante e aromatizante, contém glúten, derivados de trigo e soja, pode conter leite. Valor nutricional na porção de 30g: carboidratos 21g, proteínas 1,9g, gorduras totais 3,9g. Serão rejeitados biscoitos excessivamente quebradiços, com presença de umidade e parasitas. Acondicionado em embalagem plástica, vedada e impermeável, original do fabricante, com peso líquido de 650 gramas. Na embalagem deve constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, validade e lote. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 1000 | | |
| 7 | BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL, com consistência crocante, sabor e aroma característicos, isento de gordura trans, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar invertido, sal, amido, extrato de malte, fermentos químicos, emulsificante e melhorador de farinha, contém glúten, derivados de cevada, de soja e de trigo, pode conter aveia, avelãs, centeio e leite, valor nutricional na porção de 30g: carboidratos 20g, proteínas 3,2g, gorduras totais 5,4g, gorduras saturadas 2,4g e sódio 203mg. Serão rejeitados biscoitos excessivamente quebradiços, com presença de umidade e parasitas. Acondicionado em embalagem plástica (dupla), vedada e impermeável, original do fabricante, com peso líquido de 400 gramas. Na embalagem deve constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, validade e lote. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 1000 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|----|--|-----|------|--|--|
| 8 | BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER, com consistência crocante, sabor e aroma característicos, isento de gordura trans, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar invertido, sal, amido, extrato de malte, emulsificante, fermentos químicos, aromatizante e melhorador de farinha, contém glúten, derivados de cevada, de soja e de trigo, pode conter aveia, avelãs, centeio e leite. Valor nutricional na porção de 30g: carboidratos 21g, proteínas 2,9g e gorduras totais 3,7g. Serão rejeitados biscoitos excessivamente quebradiços, com presença de umidade e parasitas. Acondicionado em embalagem plástica (dupla), vedada e impermeável, original do fabricante, com peso líquido de 400 gramas. Na embalagem deve constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, validade e lote. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 1000 | | |
| 9 | CAFÉ SOLÚVEL granulado, extra forte, 100% puro café feito a partir de grãos selecionados. Embalagem em vidro contendo de 200 gramas | Kg. | 300 | | |
| 10 | CARNE BOVINA TIPO CHARQUEADA - Embalagem a vácuo de 500 kg. Validade mínima de 6 (seis) meses da data de entrega. | Kg. | 200 | | |
| 11 | COLORIFICO OU COLOCAU VERMELHO. Embalagem de 500g. | Kg. | 60 | | |
| 12 | EXTRATO DE TOMATE. Na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. É tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. O produto deve estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. EMBALAGEM CONTENDO 340G | Kg. | 200 | | |
| 13 | FARINHA DE MANDIOCA - Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos, Transparentes, limpos, não violados, resistentes, acondicionados em fardos com pacotes de 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. | Kg. | 500 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|----|---|-----|------|--|--|
| 14 | FEIJÃO PRETO, TIPO 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de grãos inteiros e sadios, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na coloração característica e variedade correspondente de tamanho e formato natural, maduro, limpo e seco, com umidade permitida em lei, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras espécies. Acondicionado em embalagem plástica hermeticamente vedada, transparente e resistente, original do fabricante, com peso líquido de 1 kg. Na embalagem deve constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, lote e prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 300 | | |
| 15 | FLOCOS DE MILHO – tipo flocão, pré-cozido, amarelo, enriquecido de ferro e ácido fólico, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem com pacotes de 500g, armazenados em fardo com 24 pacotes não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | Kg. | 1000 | | |
| 16 | MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, com ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico, pacote transparente, polietileno atóxico, resistente termos soldado. Contendo data de validade, lote de fabricação. Validade superior a 06 meses a contar da data de entrega. EMBALAGEM CONTENDO 500G. | Kg. | 700 | | |
| 17 | MACARRÃO TIPO PARAFUSO, massa seca vitaminada, isenta de sujidades, sem ovos, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo seis meses a partir da data da entrega na unidade requisitante. EMBALAGEM CONTENDO 500G | Kg. | 700 | | |
| 18 | MILHO PARA MUNGUNZÁ – Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. Tipo I, classe amarela ou branca, subgrupo despeliculada. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pacote com 500g, devendo estar intacto e bem vedado. | Kg. | 300 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|----|--|-------|-----|--|--|
| 19 | ÓLEO DE SOJA. Embalagens de 900 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade. EMBALAGEM DE 900ML. | Litro | 500 | | |
| 20 | Sal REFINADO, pacotes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no mínimo 2 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. EMBALAGEM DE 1KG. | Kg. | 300 | | |
| 21 | SUCO CONCENTRADO DA FRUTA (CAJÚ) - Ingredientes básicos: água, concentrado de cajú, conservantes, apresentação líquida concentrado em garrafa plástica ou de vidro. com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 24 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | Litro | 600 | | |
| 22 | SUCO CONCENTRADO DA FRUTA (GOIABA) - Ingredientes básicos: água, concentrado de cajú, conservantes, apresentação líquida concentrado em garrafa plástica ou de vidro. com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 24 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | Litro | 600 | | |
| 23 | SUCO CONCENTRADO DA FRUTA (LARANJA) - Ingredientes básicos: água, concentrado de cajú, conservantes, apresentação líquida concentrado em garrafa plástica ou de vidro. com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 24 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | Litro | 600 | | |
| 24 | SUCO CONCENTRADO DA FRUTA (MARACUJÁ) -Ingredientes básicos: água, concentrado de maracujá, conservantes, apresentação líquida concentrado em garrafa plástica ou de vidro. com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 24 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. | Litro | 600 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

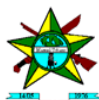
CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|-----------------------------|---|-------|------|--|--|
| 25 | TEMPERO ALHO E SAL, com mínimo de 10% de alho. Rótulo com fabricação, validade e lote. Mínimo 500g. | Kg. | 150 | | |
| 26 | VINAGRE BRANCO. Vinagre de álcool branco. Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade. | Litro | 200 | | |
| LEITES E DERIVADOS | | | | | |
| 27 | LEITE EM PÓ – integral, instantâneo, enriquecido com vitaminas: ferro e ácido fólico contendo no mínimo 26% de gorduras. pacote com 400g. Aspectos: cor branca amarelada, pó uniforme, homogêneo e fino. Diluição semelhante ao leite no estado líquido, não rançoso. Embalagem em pacotes aluminizados, hermeticamente vedados apresentar validade superior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega. | Kg. | 1500 | | |
| 28 | LEITE UHT INTEGRAL LÍQUIDO: Caixa com 12 unidades de 1 litro cada. Embalagem Tetra Pak. Validade: 06 meses; devendo constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote. Com registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). | Litro | 500 | | |
| 29 | MANTEIGA, SEM SAL e livre de rancidez, ingredientes: creme de leite pasteurizado, não contém glúten, contém lactose. Valor nutricional para porção de 10g: carboidratos 0g, proteínas 0g e gorduras totais 8,2g. Deverá ser transportada em carro refrigerado ou caixas isotérmicas, acondicionada em embalagem (tipo tablete) de papel metalizado vedada, original do fabricante, com peso líquido de 200 gramas. Na embalagem devem constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, lote, validade mínima de 90 dias na entrega e registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 50 | | |
| 30 | MARGARINA – (CREME VEGETAL): c/ sal, com concentração de lipídios entre 50% e 80%. Isenta de lactose apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis – embalagem de 500g com registro no ministério da agricultura – sif. Apresentar validade superior a 06 (seis) meses a partir da data de entrega. | Kg. | 300 | | |
| PRODUTOS EM CONSERVA | | | | | |
| 31 | ALMÔNDEGAS EM LATA - em conserva lata c/ 320g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto de 420g. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. | Kg. | 300 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| 32 | CARNE BOVINA - em conserva desfiada lata c/ 320g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto de 320g. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade | Kg. | 300 | | |
|--|---|-------|------------|----------|----------|
| 33 | MILHO EM CONSERVA, sem adição de sal e açúcar, ingredientes: milho e água, não contém glúten. Valor nutricional para porção de 130g: carboidratos 24g, proteínas 5,5g e gorduras totais 0,5g. Acondicionado em embalagem plástica (tipo sachê) vedada, resistente e atóxica, original do fabricante, com peso líquido de 260 gramas e peso drenado de 170 gramas. Na embalagem devem constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, lote e validade. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 300 | | |
| 34 | SALSICHAS AO MOLHO – em latas de 300g, sem amassados ou ferrugem na embalagem. Caixa com 24 unidades. Validade mínima de 6 (seis) meses da data de entrega. | Kg. | 300 | | |
| 35 | SARDINHA ENLATADA COM ÓLEO – lata de 125 g, sistema abre fácil, sem sujidades, amassados ou ferrugens na embalagem. Caixa com 24 unidades. Validade mínima de 6 (seis) meses da data de entrega. | Kg. | 300 | | |
| ITEM | DISCRIÇÃO DOS OBJETOS | UNID. | QUAN T. | P. UNIT. | P. TOTAL |
| GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS | | | | | |
| 36 | ALHO IN NATURA, bulbo inteiro, procedência nacional, firme e intacto sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo e coloração uniforme, isento de sujidades, parasitas, perfurações e cortes. Acondicionado em embalagem plástica (tipo rede) vedada e resistente, original do fabricante, com peso líquido de 180 gramas. Na embalagem devem constar as informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, lote e validade. Produto isento de registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 120 | | |
| CARNES | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

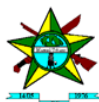
CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|----|---|-----|------|--|--|
| 37 | CARNE BOVINA, TIPO MÚSCULO COM OSSO, de 1ª qualidade, congelada, sem gordura, pelanca, sebo e cartilagens e contendo no máximo de 3% de aponevroses (nervos). Com aspecto, coloração e odor característicos, não amolecida e nem pegajosa, livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Deverá ser transportada em carro refrigerado ou caixa isotérmica, acondicionada em embalagem plástica de polietileno vedada, resistente, transparente e atóxica, com peso líquido de 1 kg. Na embalagem deve constar informações do fabricante, especificação do produto, data de processamento, prazo de validade mínimo de 3 meses a contar a partir da data de entrega e registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 1000 | | |
| 38 | CARNE BOVINA CORTADA EM CUBOS, tipo patinho ou coxão mole, congelada, de 1ª qualidade, carne limpa, congelada, sem gordura, pelanca, sebo, cartilagens e ossos e contendo no máximo 3% de aponevroses (nervos). Com aspecto não amolecido e nem pegajoso, odor característicos e coloração própria, sem manchas esverdeadas ou escuras, livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Deverá ser transportada em carro refrigerado ou caixa isotérmica, acondicionada em embalagem plástica de polietileno vedada, resistente, transparente e atóxica, com peso líquido de 1 kg. Na embalagem deve constar informações do fabricante, especificação do produto, data de processamento, prazo de validade mínimo de 3 meses a contar a partir da data de entrega e registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 1000 | | |
| 39 | CARNE BOVINA MOÍDA, patinho ou coxão mole, de 2ª qualidade, congelada, sem gordura, pelanca, sebo, cartilagens e ossos e contendo no máximo de 3% de aponevroses (nervos). Com aspecto, coloração e odor característicos, não amolecida e nem pegajosa, livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Deverá ser transportada em carro refrigerado ou caixa isotérmica, acondicionada em embalagem plástica de polietileno vedada, resistente, transparente e atóxica, com peso líquido de 1 kg. Na embalagem deve constar informações do fabricante, especificação do produto, data de processamento, prazo de validade mínimo de 3 meses a contar a partir da data de entrega e registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 600 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|-----------------|--|-----|------|--|--|
| 40 | FILÉ DE PEITO DE FRANGO, congelado, sem adição de água, com aspecto, coloração e odor característicos, não amolecido e nem pegajoso, livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Ingredientes: carne de frango in natura, não contém glúten, sem uso de hormônio como estabelece a legislação brasileira. Valor nutricional por porção de 100g: carboidratos 0g, proteínas 23g e gorduras totais 1,4g. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas isotérmicas, acondicionado em embalagem plástica de polietileno vedada, resistente e atóxica, com peso líquido de 1 kg. Na embalagem deve constar informações do fabricante, especificação do produto, data de processamento, prazo de validade mínimo de 3 meses a contar a partir da data de entrega e registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Kg. | 500 | | |
| 41 | FRANGO INTEIRO - congelado c/ miúdos e sem tempero, congelado com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá apresentar externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do peso, número do registro no Ministério da Agricultura /SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 60 (sessenta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. | Kg. | 1500 | | |
| 42 | CARNE COXA E SOBRECOXA DE FRANCO CONGELADA. Sem dorso e sem sambiquira. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. EMBALAGEM CONTENDO 1KG. | Kg. | 800 | | |
| VERDURAS | | | | | |
| 43 | BATATA INGLESA MONALISA, de 1ª qualidade, nova, sem brotação, com tamanho de médio a grande e coloração amarelada, textura lisa e íntegra, sem lesões, perfurações e cortes, de consistência firme, com sabor e odor característico, sem terra aderida a superfície externa. Será rejeitada batata com presença de brotos, deterioração, envelhecida, com coloração esverdeada, sabor e odor desagradável e de tamanho abaixo do solicitado. Deverá ser entregue acondicionada em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes. | Kg. | 500 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|----|--|-----|-----|--|--|
| 44 | BETERRABA, de 1ª qualidade, sem folhas e brotação, livre de umidade e bolor, tamanho de médio a grande com aproximadamente 90 mm. Deverá apresentar coloração intensa, sabor e odor característico, casca íntegra, sem lesões, rupturas e cortes, de consistência firme, sem terra aderida à superfície externa. Será rejeitada beterraba com presença de brotos, deterioração, parasitas, desidratada (murcha), aspecto envelhecido e com sabor e odor desagradável. Deverá ser entregue acondicionada em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes. | Kg. | 400 | | |
| 45 | CEBOLA AMARELA, de 1ª qualidade, nova, sem brotação, com peso unitário entre 200 e 250g, casca de coloração alaranjada, lisa e íntegra, sem lesões, rupturas e machucaduras, de consistência firme e compacta e polpa de coloração amarela clara, isenta de sujidades, parasitas e sem terra aderida à superfície externa. Será rejeitada cebola com presença de brotos e deterioração, com sabor e odor desagradável e de tamanho abaixo do solicitado. Deverá ser entregue acondicionada em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes. | Kg. | 500 | | |
| 46 | CENOURA, de 1ª qualidade, fresca, sem folhas e brotação, com tamanho entre 14 a 18 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro e peso médio de 200 a 300 gramas a unidade. Deverá apresentar formato cilíndrico com ponta arredondada, casca de coloração laranja escura, pele lisa e íntegra, sem lesões, rupturas e machucaduras e de consistência firme, sem terra aderida à superfície externa. Será rejeitada cenoura com presença de brotos, deterioração e rachaduras, desidratada (murcha), aspecto envelhecido, coloração esverdeada e de tamanho abaixo do solicitado. Deverá ser entregue acondicionada em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes. | Kg. | 500 | | |
| 47 | REPOLHO BRANCO, de 1ª qualidade, fresco, com formato da cabeça redondo e peso variando entre 1 a 1,5 kg a unidade, folhas de coloração verde clara, textura lisas e íntegras, sem lesões, rupturas e machucaduras, de consistência firme e compacta, livre de folhas enegrecidas, parasitas e larvas, sem terra aderida à superfície externa. Será rejeitado repolho desidratado (murcho), com folhas lesionadas e de tamanho abaixo do solicitado. Deverá ser entregue acondicionado em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes. | Kg. | 400 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|-------------|--|-----|------|--|--|
| 48 | TOMATE ITALIANO, de 1ª qualidade, de formato alongado, casca de coloração vermelha, de textura lisa e íntegra, sem lesões, rupturas e machucaduras. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato, com consistência firme, isento de bolor, larvas, sem terra e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Será rejeitado tomate com grau de amadurecimento avançado, apresentando lesões na casca e com presença de sujidades. Deverá ser entregue acondicionado em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes. | Kg. | 500 | | |
| HORTIFRUTI | | | | | |
| 49 | MAÇÃ GALA, de 1ª qualidade, fresca, com peso unitário entre 120 e 150 gramas, casca de coloração vermelha rajada com fundo amarelado, textura lisa e íntegra, sem lesões, rupturas e machucaduras, apresentando grau de maturação que suporte o transporte e as movimentações em que estão sujeitas, de consistência firme com polpa macia. Livre de bolor, aroma e sabor desagradável, isenta de sujidades e corpos estranhos aderidos à superfície da casca. Será rejeitada maçã com aspecto envelhecido, desidratada (murcha), com tamanho abaixo do solicitado e com presença de sujidades e deterioração. Deverá ser entregue acondicionada em caixa plástica vazada ou sacos plásticos transparentes | Kg. | 1000 | | |
| 50 | MELÃO IN NATURA EXTRA, com grau de maturação adequado para o consumo, casca firme sem avarias, polpa firme de coloração vermelha com aparência fresca e macia, procedente de espécie genuína e sã, fresca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas. | Kg. | 200 | | |
| 51 | OVO DE GALINHA BRANCO, selecionados, frescos, isento de rachaduras, sem sujidades, com valor nutricional para porção de 100g: carboidratos 0,8g, proteínas 12,9g e gorduras totais 11,5g. Acondicionados em bandejas de plástico, transparente e resistente, original do fabricante, contendo 1 dúzia. Na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, validade mínima de 15 dias na entrega e registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). | Dz. | 500 | | |
| PANIFICADOS | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|--------------|---|-----|------|--|--|
| 52 | PÃO FRANCES BRANCO. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela secretaria de educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas. | Kg. | 4000 | | |
| OUTROS FRIOS | | | | | |
| 53 | POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA 100% natural, obtida de frutos sadios e maturação plena, através de processos específicos a cada fruta congelada sem adição de açúcar, conservantes, corante, e edulcorantes, com aspecto, sabor, cor e odor próprios, ausente de substancia estranhas. Deverá estar acondicionada em embalagem plástica, transparente, com peso de 1000 gramas, data de empacotamento e prazo de validade visíveis, sendo a última no mínimo 4 meses a contar da data de entrega. Devem ser atendidos os requisitos tecnológicos, sanitários e de identidade e qualidade estabelecidos nas Leis 8.918/1994 ou normas que a substitua, e nas normas regulamentadoras | Kg. | 300 | | |
| 54 | POLPA DE FRUTA SABOR CAJÁ 100% natural, obtida de frutos sadios e maturação plena, através de processos específicos a cada fruta congelada sem adição de açúcar, conservantes, corante, e edulcorantes, com aspecto, sabor, cor e odor próprios, ausente de substancia estranhas. Devera estar acondicionada em embalagem plástica, transparente, com peso de 1000 gramas, data de empacotamento e prazo de validade visíveis, sendo a última no mínimo 4 meses a contar da data de entrega. Devem ser atendidos os requisitos tecnológicos, sanitários e de identidade e qualidade estabelecidos nas Leis 8.918/1994 ou normas que a substitua, e nas normas regulamentadoras | Kg. | 300 | | |
| 55 | POLPA DE FRUTA SABOR CUPUAÇU 100% natural, obtida de frutos sadios e maturação plena, através de processos específicos a cada fruta congelada sem adição de açúcar, conservantes, corante, e edulcorantes, com aspecto, sabor, cor e odor próprios, ausente de substancia estranhas. Devera estar acondicionada em embalagem plástica, transparente, com peso de 1000 gramas, data de empacotamento e prazo de validade visíveis, sendo a última no mínimo 4 meses a contar da data de entrega. Devem ser atendidos os requisitos tecnológicos, sanitários e de identidade e qualidade estabelecidos nas Leis 8.918/1994 ou normas que a substitua, e nas normas regulamentadoras | Kg. | 300 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

| | | | | | |
|----|--|-----|-----|--|--|
| 56 | POLPA DE FRUTA SABOR GRAVIOLA 100% natural, obtida de frutos sadios e maturação plena, através de processos específicos a cada fruta congelada sem adição de açúcar, conservantes, corante, e edulcorantes, com aspecto, sabor, cor e odor próprios, ausente de substancia estranhas. Deverá estar acondicionada em embalagem plástica, transparente, com peso de 1000 gramas, data de empacotamento e prazo de validade visíveis, sendo a última no mínimo 4 meses a contar da data de entrega. Devem ser atendidos os requisitos tecnológicos, sanitários e de identidade e qualidade estabelecidos nas Leis 8.918/1994 ou normas que a substitua, e nas normas regulamentadoras | Kg. | 300 | | |
| 57 | POLPA DE FRUTA SABOR MARACUJÁ 100% natural, obtida de frutos sadios e maturação plena, através de processos específicos a cada fruta congelada sem adição de açúcar, conservantes, corante, e edulcorantes, com aspecto, sabor, cor e odor próprios, ausente de substancia estranhas. Deverá estar acondicionada em embalagem plástica, transparente, com peso de 1000 gramas, data de empacotamento e prazo de validade visíveis, sendo a última no mínimo 4 meses a contar da data de entrega. Devem ser atendidos os requisitos tecnológicos, sanitários e de identidade e qualidade estabelecidos nas Leis 8.918/1994 ou normas que a substitua, e nas normas regulamentadoras | Kg. | 300 | | |
| | | | | | |

VALOR ESTIMADO

O preço estimado da contratação foi obtido através de Mapa Comparativo de Preços, levando-se em consideração as pesquisas em Atas e Contratos em Órgãos Oficiais e pesquisa de mercado com empresas do mesmo ramo de atividade, tendo-se como valor total estimado, após cálculo da média a importância de **R\$ 684.728,57 (seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete Centavos)**, os recursos para a referida contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal de Educação, conforme dotação orçamentária constante nos autos.

DO DETALHAMENTO DA ENTREGA

O material a ser ofertado deverá ser de ótima qualidade, com validade mínima de 06(seis) meses devendo ser entregues em perfeito estado, OBRIGATORIAMENTE, sob pena de rescisão do contrato ou documento equivalente, tais como: descrição completa e detalhada, conforme especificado neste documento;

O material fornecido deverá atender as necessidades da secretaria mencionada, caso não atendam às especificidades do presente Termo de Referência. Devendo a contratante substituir o material fornecido de imediato, à contratada nos casos em que não atenda às exigências do edital, sem que isso cause ônus à contratante.

O embargo do recebimento definitivo do produto não implicará dilação do prazo do material fornecido, nem servirá de base para justificar qualquer atraso.

O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do material fornecido



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

Entregar os objetos de acordo com as especificações constantes neste termo de referência.

- Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.
- Emitir mensalmente 01 (uma) fatura de vendas e entrega dos produtos.
- Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregadores.
- Indicar um preposto a quem a fiscalização se reportará de forma ágil, bem como organizar e coordenar as entregas sob a responsabilidade da CONTRATADA.
- Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução da entrega. Os produtos deverão ser entregues nas Unidades (Secretaria Municipal de Educação (Almoxarifado), Escolas e Creches) que compõem as Regiões Administrativas do Município.

A Secretaria Municipal de Educação, fornecerá via e-mail o cronograma de entregas elaborado pela nutricionista. Os produtos deverão ser entregues, obedecendo à seguinte periodicidade:

- Derivados lácteos, refrigerados e hortifruti, de acordo com cardápio;
- Produtos de panificação, de acordo com cardápio;
- Carnes e derivados e produtos congelados, quinzenalmente;
- Alimentos estoque seco (não-perecíveis), semanalmente ou de acordo com a capacidade de estocagem da SEME. Havendo necessidade de adequações, o cronograma de datas e periodicidade poderá sofrer alterações.

| | |
|---|---|
| PRAZO DE ENTREGA | A partir de MAIO A DEZEMBRO de 2024; em entregas parceladas conforme estabelecido em cronograma. |
| LOCAL DE ENTREGA | Conforme descrito no cronograma de entregas nos seguintes locais: Setor de Almoxarifado localização na Rua Manoel Batista nº186, Centro da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, Escola Municipal Antônia Mendes, Escola Mun. Dom Prospero Bernardi, Escola Mun. Maria das Graças Alves da Rocha, Esc. Creche Ieda Araújo e Escola mun. Infantil Pré Escola Menino Jesus. |
| RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO | Daiane Martin Silva |

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente contado da apresentação da Nota Fiscal juntamente com as certidões Negativas de: **Débito Municipal, Débito Estadual, Débito Federal, Débito INSS, Certificado de Regularidade do FGTS e Débitos Trabalhistas;**

A nota fiscal ao ser encaminhada deverá ser atestada pelo responsável designado pela **Secretaria Municipal de Educação;**

Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo será iniciada a partir da nova data de entrega no protocolo da Contratante;

A cada pagamento a empresa contratada deverá juntar à sua nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhes serão exigidas na habilitação para participação do certame licitatório; O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta corrente em que será efetivado o crédito;



A empresa deverá apresentar/efetuar o cadastro na Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN do Município de Manoel Urbano Estado do Acre, para fins de pagamento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- Os produtos deverão ser entregues nas Unidades de Ensino conforme item acima que compõem cada Região Administrativa do Município de Manoel Urbano, que serão responsáveis pela conferência dos gêneros no ato do recebimento, que informarão à SEMEC eventuais inconsistências.
 - As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.
 - Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em veículo devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos.
 - Os gêneros deverão estar sobrepostos em paletes e/ou em caixa de polietileno higienizadas, não sendo permitido o transporte de hortifrúts em caixas de madeira ou papelão.
 - Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.
 - A contratada deverá emitir relatório bimestral de venda dos gêneros alimentícios por Unidade Escolar deste Município a ser encaminhado SEMEC.
 - Demais obrigações em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes. - Quando em contato (e-mail: secretariadeeducacao@manoelurbano.ac.br) para solicitação de itens não-perecíveis fica estabelecido um prazo máximo de 4 (quatro) dias corridos para entrega, obedecendo as quantidades solicitadas sendo entregues diretamente na SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, de segunda a sexta-feira das 7h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.
 - Os produtos alimentícios perecíveis deverão ser entregues obedecendo ao cronograma de entregas, este elaborado pela nutricionista e encaminhado via e-mail, este cronograma poderá sofrer alterações conforme necessidade de ajustes.
 - Os produtos alimentícios devem apresentar prazo de validade superior a 06 (seis) meses a contar da data de entrega. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- Obedecer às instruções da Fiscalização do Contrato, que deverão ser imediatamente acatadas. No caso de apontamento de falhas, a Contratada deverá tomar as providências necessárias à correção. Providenciar, junto às autoridades competentes, a obtenção de licença, autorização de funcionamento e alvará da atividade a que se propõe, se for o caso, bem como qualquer documento necessário ao lícito desempenho das atividades objeto do Contrato;
- Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- Manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;



Ficará sob a responsabilidade da empresa Contratada a emissão da Nota Fiscal, preenchida corretamente, destacando na mesma a retenção do ISS e a retenção para a "PREVIDÊNCIA SOCIAL" quando houver, e demais exigências da Legislação em vigor.

A CONTRATADA terá como responsabilidade o recolhimento de todos os encargos instituídos por lei referente ao serviço executado e outras despesas tais como: pagamento aos empregados ou outro pessoal utilizado no serviço, encargos sociais e previdenciários completos de acordo com a Lei em Vigor, seguro de acidentes pessoais, Impostos Federais, Estaduais e outros. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos mínimos exigidos no objeto.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Realizar corretamente os pagamentos até o décimo dia após a apresentação de Nota fiscal ou de documento hábil, referente ao serviço executado preenchida corretamente, inclusive mencionado o número do contrato;

A fiscalização será feita pela nutricionista, a qual se responsabiliza pelo o acompanhamento, fiscalização e prestação do serviço executado, para assegurar sua perfeita qualidade devendo verificar se a mercadoria atende a todas as especificações e demais requisitos exigidos no edital e no presente termo, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários.

Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação deste termo e da proposta de preços da contratada;

Oferecer informações à CONTRATADA, sempre que necessárias para execução dos trabalhos;

Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

Notificar a contratada acerca das falhas e irregularidades constatadas na execução do serviço;

Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DO REAJUSTAMENTO

Decorridos seis meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento;

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

RESCISÃO CONTRATUAL

Serão motivos para a rescisão contratual: aquelas definidas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021; Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

DAS SANÇÕES

Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado multa administrativa no valor de no mínimo 2% (dois por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da entrega do produto, calculado sobre o valor montante do produto em atraso, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no art. 162, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

I - Advertência;

II – Multa na forma abaixo:

Poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO

Dada à característica da aquisição, a contratação poderá ocorrer mediante competente procedimento licitatório com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 020/2023, Resolução/CD/FNDE Nº 06/2020 e a Lei Federal nº 8.078/90 – Código Proteção e Defesa do Consumidor; LOA, Lei Orçamentaria Anual e Plano Plurianual (PPA).

CONSIDERAÇÕES

Licitação por Pregão Eletrônico, visando o Menor Preço por Item, assegurado assim à qualidade, bem como possível exigência quanto à comprovação legal dos produtos ofertados;

As Propostas de Preços apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência;

As licitantes deverão apresentar atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto deste Termo de Referência, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo os atestados emitidos por pessoal jurídico privada estar com a firma reconhecida em cartório;

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do objeto deste Processo Licitatório correrão por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Manoel Urbano/Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2024.

| Exercício da Despesa | Funcional Programático | Fonte de Recursos | Natureza da Despesa | Descrição da Natureza |
|----------------------|--|-------------------|---------------------|-----------------------|
| 2024 | 12.361.0004.2.040 - - Merenda Escola – Fundamental | 500 - 551 | 3.3.90.30 | Material de Consumo |
| | 12.361.0004.2.046 - Merenda Escola – AEE | | | |
| | 12.361.0004.2.041 - Merenda Escola – Pré Escola | | | |
| | 12.361.0004.2.047 - Merenda Escola – Creche | | | |

Manoel Urbano Estado do Acre, em 24 de abril de 2024.



**ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA
(MODELO)**

Ao MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ACRE

Referência: Edital Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024

A Empresa....., devidamente inscrita no CNPJ nº....., com endereço na Rua nº, CEP:na cidade de Estado dotelefone ()- por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) inscrito (a) no CPF nºe RG nº,DECLARA expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

ANEXO IV – MODELO DA CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2024 – EXCLUSIVO PRA ME E EPP.

Email: Telefone: ()

Agência..... Conta Bancária nº Banco

Proposta que faz a empresa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº e Inscrição Estadual sob nº, com sede na, nº, bairro – Cep. – Estado do, Fone/Fax: (....), E-mail:, para o fornecimento dos itens abaixo relacionados, conforme estabelecidos e exigências no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº/2024 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP.**

| ORD. | MATERIAL/DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | QUANTID AD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------------------|--------------------|-------|---------|---------------|-------------------|-------------|
| 01 | | | | | | |
| 02 | | | | | | |
| 03 | | | | | | |
| Total Geral R\$- | | | | | | |

Declaro ainda que caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:

- Declaro ainda que caso os preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.
- Declaro efetuar a completa entrega objeto, contado a partir da data da assinatura do termo de Contrato ou da comunicação emitida pelo CONTRATANTE;
- Declaro que concordamos em manter a validade desta proposta por um período de no mínimo 60 (sessenta) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega.
- Declaro que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº
..... /2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº
006/2024 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP
VALIDADE: ____ (____) MESES

MINUTA DA ATA PARA REGISTRAR OS
PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024, QUE
FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO
DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE
ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E DO OUTRO LADO A EMPRESA
_____ NA FORMA ABAIXO:

Aos (.....) dias do mês de do ano de 2024, (dois mil e vinte e quatro), o **MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE/PREFEITURA MUNICIPAL**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.051.207/0001-46, com sede na Avenida Valério Caldas de Magalhães, nº 839, bairro Centro, Cep. 69.950-000 – Manoel Urbano Estado do Acre, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **Raimundo Toscano Velozo**, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 203.621 – SSP/AAC e inscrito no CPF/MF sob o nº 339.415.562-15, residente e domiciliado neste Município de Manoel Urbano Estado do Acre, doravante denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências deste Edital; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolve registrar os preços, conforme decisão exarada no **Processo Administrativo de nº 029/2024, Pregão Eletrônico nº 006/2024**, consoante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços dos serviços especificados no Anexo I e Item 1.1. do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024 – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024**, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. Execução Indireta, pelo critério de julgamento de menor preço por ITEM, nos locais indicados no Edital e seus anexos.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de **12 (doze)** meses, contados a partir da sua assinatura, observando o que dispôs a lei 14.133/2021 e especificações deste Edital.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Educação.

5. DA DESPESA

As despesas decorrentes do objeto deste Processo Licitatório, correrão por conta dos Programas de Trabalhos consignados no Orçamento do Município de Manoel Urbano



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

Estado do Acre para o Exercício Financeiro de 2024. **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EDUCAÇÃO**

| Exercício da Despesa | Funcional Programático | Fonte de Recursos | Natureza da Despesa | Descrição da Natureza |
|----------------------|--|-------------------|---------------------|-----------------------|
| 2024 | 12.361.0004.2.040 - - Merenda Escola - Fundamental | 500 - 551 | 3.3.90.30 | Material de Consumo |
| | 12.361.0004.2.046 - Merenda Escola - AEE | | | |
| | 12.361.0004.2.041 - Merenda Escola - Pré Escola | | | |
| | 12.361.0004.2.047 - Merenda Escola - Creche | | | |

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. A presente Ata de Registro de Preços Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta e Empresas Públicas que não tenha participado do certame licitatório, desde que autorizada sua utilização pelas Secretarias.
- 6.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado.

7. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

- 7.1. Os preços ofertados, especificação da empresa e representante legal, encontram-se enunciados na presente ata.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos mensais estão condicionados aos serviços prestados por quantidades de funcionários e Posto de Trabalho, utilizados no período e sobre a avaliação da qualidade na execução, após medição por meio do Acordo de Nível de Serviços - ANS;
- 8.2. A Contratada deverá encaminhar documento fiscal, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes aos serviços efetivamente entregues;
- 8.3. O pagamento será realizado no prazo máximo do dia 2 (dois) do mês subsequente.

9. DO CONTRATO

- 9.1. O contrato será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.
- 9.2. Aplica-se aos contratos referentes ao objeto decorrentes de registro de preços o disposto da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, no que couber.
- 9.3. Durante a vigência do Contrato o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso;
- 9.4. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

10. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO

- 10.1. O material a ser ofertado deverá ser de ótima qualidade, sem nenhum dano ao material, com validade mínima de 06(seis) meses devendo ser entregues em perfeito estado, OBRIGATORIAMENTE, sob pena de rescisão do contrato ou documento equivalente, tais como: descrição completa e detalhada, conforme especificado neste documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- 10.2. O (s) fornecedor (es) se obriga (m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de Habilitação exigidas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024 – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024**.
- 10.3. O material fornecido deverá atender as necessidades da secretaria mencionada, caso não atendam às especificidades do presente Termo de Referência. Devendo a contratante substituir o material fornecido de imediato, à contratada nos casos em que não atenda às exigências do edital, sem que isso cause ônus à contratante;
- 10.4. O embargo do recebimento definitivo do produto não implicará dilação do prazo do material fornecido, nem servirá de base para justificar qualquer atraso;
11. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do material fornecido;
- 11.1. Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.
- 12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
- 12.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato o CONTRATANTE se obriga a:
- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento e no Edital e seus anexos;
 - b) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas editalícias;
 - c) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão Eletrônico, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados por Portaria, nos termos legais;
 - d) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
 - e) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços;
 - f) Providenciar os pagamentos a CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas / Fatura devidamente atestado; nos prazos fixados;
 - g) Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes as medições referentes ao objeto deste Edital;
 - h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 13.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das obrigações previstas no Edital e seus anexos e na legislação pertinente, as seguintes:
- 13.2. Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE; ficando a seu exclusivo critério a aceitabilidade; independente de aplicação das penalidades previstas em lei;
- 13.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- 13.4. Apresentar nada consta dos setores de distribuição dos foros criminais dos Estados que tenham residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual, para todos os empregados que serão vinculados à prestação dos serviços;
- 13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 13.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 13.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.11. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;
- 13.12. Manter durante a vigência desta ARP todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
 - a) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;
 - b) Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, relativa a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
 - c) Certidão Conjunta Negativa (ou positiva, com efeitos de negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sendo este último datado dos últimos 180 dias, desde que outro prazo não esteja estipulado neste documento;
 - d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - e) Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011;
- 13.12.1. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários à execução dos serviços;
- 13.12.2. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente



contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;

- 13.12.3.** É obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21;
- 13.12.4.** O licitante não poderá oferecer proposta inferior ao quantitativo máximo previsto no Edital, conforme art. 82, inciso IV da Lei 14.133/2021.
- 13.12.5.** No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 13.12.6.** Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e no Contrato Administrativo.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1.** Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado multa administrativa no valor de 2% (dois por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da entrega do produto, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista na Lei Federal 14.133/21, precedidas de processo administrativo onde seja assegura a ampla defesa e o contraditório;
- 14.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades:
- a)** Advertência;
 - b)** multa será de 2% a 10% do valor do contrato licitado;
 - c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 3 (três) a 6 (seis) anos (Art. 7º da Lei 10.520/2002);
 - d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da Lei Federal 14.133/21.
- 14.3.** As sanções previstas nas letras “a” e “c” poderão ser aplicadas juntamente com a multa prevista na letra “b”, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores;
- 14.4.** Para aplicação da sanção prevista na letra “d” será facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores;
- 14.5.** Tendo ocorrido à hipótese do item supra, o Órgão Demandante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na Lei Federal 14.133/21 e suas posteriores alterações;
- 14.6.** A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses da Lei Federal 14.133/21 e suas posteriores alterações.
- ## **15. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**
- 15.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.2.** A Ata que não caracterizam alteração podem ser realizadas por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A presente ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito:

16.1.1. Pelo Órgão Demandante, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

16.1.1.1. A (s) detentora (s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

16.1.1.2. A (s) detentora (s) não retirar (em) a nota de empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

16.1.1.3. A (s) detentora (s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, conforme Lei Federal 14.133/21;

16.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

16.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

16.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

16.1.2. Pela (s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

16.1.3. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverão ser dirigidas a administração municipal, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

16.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

16.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

16.2.2. Fica estabelecido que as detentoras da ata deverão comunicar imediatamente órgão demandante, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros documentos.

17. DAS ALTERAÇÕES

17.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

18. DA PUBLICIDADE

18.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Integram esta ata, o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024 – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024 E SEUS ANEXOS**, as Propostas de Preços das licitantes vencedoras, especificação, consumo, por item na ordem classificatória das empresas.

19.2. O(s) caso(s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

20. FORO

20.1. O foro do presente contrato será o da Comarca de Manoel Urbano Estado do Acre, excluído qualquer outro.

20.2. Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo com 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Manoel Urbano Estado do Acre, em de de 2024.

Município de Manoel Urbano-AC/Prefeitura Municipal/ Secretaria

Municipal de Educação

CNPJ/MF 04.051.207/0001-46

Raimundo Toscano Velozo

Prefeito de Manoel Urbano-AC

CPF/MF. nº 308.759.782-15

Contratante

.....
CNPJ/MF nº

Insc. Est. nº

.....
CPF nº

Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª-.....

CPF/MF

2ª-.....

CPF/MF



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

ANEXO VI – ENCARTE I A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2024 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2024 EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ENCARTE I

1) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____ / (ÓRGÃO EXPEDIDOR) / (UF) _____

| ORD. | MATERIAL/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. PARA CONSUMO | QUANT PARA REGISTRO DE PREÇO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------------------|---------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|
|------|--------------------|---------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

2) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____ / (ÓRGÃO EXPEDIDOR) / (UF) _____

| ORD. | MATERIAL/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. PARA CONSUMO | QUANT PARA REGISTRO DE PREÇO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------------------|---------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|
|------|--------------------|---------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

3) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____ / (ÓRGÃO EXPEDIDOR) / (UF) _____

| ORD. | MATERIAL/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. PARA CONSUMO | QUANT PARA REGISTRO DE PREÇO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------------------|---------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|
|------|--------------------|---------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2024

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2024 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP

VALIDADE: 1(UM) ANO

o **MUNICÍPIO DE MANOEL URBANO ESTADO DO ACRE/PREFEITURA MUNICIPAL**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.051.207/0001-46, com sede na Avenida Valério Caldas de Magalhães, nº 839, bairro Centro, Cep. 69.950-000 – Manoel Urbano Estado do Acre, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **Raimundo Toscano Velozo**, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 203.621 – SSP/AAC e inscrito no CPF/MF sob o nº 339.415.562-15, residente e domiciliado neste Município de Manoel Urbano Estado do Acre, doravante denominado **CONTRATANTE**; e do outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências deste Edital; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolve registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Administrativo Modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto

- 1.1. O Objeto do Processo Licitatório, que deu origem a presente Ata é a contratação de empresa para Futuro/Eventual Fornecimento de Material de Consumo (Gêneros Alimentícios Perecíveis e não Perecíveis) de modo parcelado quinzenalmente conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, destinado a atender ao cardápio da Merenda Escolar das escolas da rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental e Programa Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Zona Urbana e Rural do município de Manoel Urbano – Acre.
- 1.2. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante neste Termo de Referência e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, prevalecerá, sempre, a descrição do Edital e Termo de Referência.
- 1.3. A empresa....., com sede na cidade de, sito à....., inscrita no CNPJ/MF sob nº, representada por seu Procurador, inscrito no CPF/MF sob nº e portador da Carteira de Identidade RG nº doravante denominada **DETENTORA**, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Manoel Urbano (AC), de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, os itens a seguir:

| LOTE | ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|-----------------------|------|------------|---------|-----------|-------|----------------|-------------|
| R\$ 0,00 (Zero Reais) | | | | | | | |

- 1.4. O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Pregão Eletrônico nº 006/2024, com a proposta da **DETENTORA**, com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como as demais leis pertinentes.
- 1.5. Após assinatura do contrato, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

2.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à da Dotação Orçamentária:

| Exercício da Despesa | Funcional Programático | Fonte de Recursos | Natureza da Despesa | Descrição da Natureza |
|----------------------|--|-------------------|---------------------|-----------------------|
| 2024 | 12.361.0004.2.040 - - Merenda Escola - Fundamental | 500 - 551 | 3.3.90.30 | Material de Consumo |
| | 12.361.0004.2.046 - Merenda Escola - AEE | | | |
| | 12.361.0004.2.041 - Merenda Escola - Pré Escola | | | |
| | 12.361.0004.2.047 - Merenda Escola - Creche | | | |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O Contrato terá sua vigência iniciada na data da sua assinatura, que se estenderá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, na forma do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2. Para efeitos de garantia dos produtos; o prazo de vigência dos contratos se dará até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, conforme descrito na Proposta de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

5.1. O preço para o fornecimento do produto é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto.

5.2. No valor definido estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.3. O prazo para pagamento ao contratado será de 10 (dez) dias, conforme especificação do Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de 06 (seis) meses.

6.2. O preço registrado poderá, justificadamente ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, para mais ou para menos, observados os requisitos constantes no item 12 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024.

6.3. A revisão de preços registrados deverá ser solicitada ao Gestor do Contrato e/ou Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

7.1. O fornecimento dos produtos, registrados nesta Ata se darão através de Ordem de Compra/Nota de Empenho, sob responsabilidade da unidade de compras pertinente;

7.2. Cada termo contratual oriundo desta Ata deverá conter, no mínimo:

- Número do Pregão;
- Quantidade do produto;
- Descrição do produto requisitado;
- Local de entrega;
- do recebimento;
- dotação orçamentária onerada;
- valor;
- condições de pagamento;



- i) penalidades;
- j) garantia contratual, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

8.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

8.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

8.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

8.2.3. Considera-se inexecução total do contrato:

a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

8.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

b) fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.2.6. A sanção prevista no item 8.2.4, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Manoel Urbano, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6(seis) anos.

8.2.7. Poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado.

a) Para as infrações previstas no item 8.2.2, a multa será de 2% a 10% do valor do contrato licitado;

8.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



8.2.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.2.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A CONTRATANTE obrigar-se-á:

a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas editais;

b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão Eletrônico, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados por Portaria, nos termos legais;

c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

d) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços.

e) Providenciar os pagamentos a CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas / Fatura devidamente atestado; nos prazos fixados;

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. A CONTRATADA obrigar-se-á:

a) Fornecer o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE; ficando a seu exclusivo critério a aceitabilidade; independente de aplicação das penalidades previstas em lei;

c) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

d) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;
- i) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- j) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- k) Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;
- l) **É obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21;**
- m) No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;
- n) No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- o) Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

10.1. A Contratada se obriga prestar garantia dos produtos, na forma da Lei, que deverá ser especificada na proposta de preços, iniciando-se a partir da emissão do termo de aceite (Atestado) do produto, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização sobre a execução das contratações da presente licitação se dará conforme as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Anexo II Termo de Referência;

11.2. A Fiscalização do presente contrato será exercida pela servidora **Maria Angelina Barbosa dos Santos** (Nutricionista).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. A Ata de Registro de Preços e seus contratos decorrentes podem ser extintos antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas;

12.3. A extinção dos contratos decorrentes, não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no <http://sistemas.tce.ac.gov.br/licon/bem> como no Portal Transparência, através do endereço eletrônico: manoelurbano.ac.gov.br/licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X).

16.1. O prazo de resposta ao pedido de repactuação será de 30 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI).

17.1. O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição;

17.2. Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Os dados do contrato são decorrentes do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024.

18.2. Os casos omissos relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Manoel Urbano, Estado do Acre, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir do presente contrato;

20.2. E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, para que surta os jurídicos e legais efeitos; em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas.

Manoel Urbano Acre 25 de junho de 2024.

Município de Manoel Urbano-AC/Prefeitura Municipal/ Secretaria

Municipal de Educação

CNPJ/MF 04.051.207/0001-46

Raimundo Toscano Velozo

Prefeito de Manoel Urbano-AC

CPF/MF. nº 308.759.782-15

Contratante

.....

CNPJ/MF nº

Insc. Est. nº

.....

CPF nº

Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª.....

CPF/MF

2ª.....

CPF/MF



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

CNPJ: 04.051.207/0001-46 - Rua Valério Caldas Magalhães, 839, Centro - Cep. 69.950-000, Manoel Urbano - Acre

CPL/PMMU-AC

Pro: 029/2024

Folha: _____

Assinatura

ANEXO VI ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Manoel Urbano
Referente ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico 006/2024.
Exclusivo para ME/EPP.

O Município de, / e ou Empresa..... com sede nanº....., Estado..... inscrita no CNPJ/MF sob nº....., atesta para os fins que a empresa....., inscrita no CNPJ/MF nº.....inscrição Estadual.....com sede na....., Estado....., forneceu ao município / ou a empresa e executou todos os serviços dentro das especificações técnicas exigidas (especificar o tipo de produto ou serviço que forneceu ou executou), tendo cumprido rigorosamente o prazo de entrega, assim até o presente momento, não há nada que a desabone.

Local e data.....

Nome e assinatura e Carimbo do representante legal do município / ou empresa